



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Agrária

INTERFACES ENTRE A QUESTÃO AGRÁRIA E A QUESTÃO SOCIAL: EXPRESSÕES DO AVANÇO DO CAPITAL NO CAMPO MARANHENSE

AYLANA CRISTINA RABELO SILVA¹

RESUMO

Este trabalho objetivou uma reflexão das categorias questão agrária e questão social, evidenciando as manifestações no Maranhão, sob a égide do capitalismo dependente. Essa discussão explicita a expansão do agronegócio, além dos “grandes projetos”, que ocasionam profundas transformações no âmbito do campo, como o acirramento dos conflitos fundiários e da exploração nas relações de trabalho.

Palavras chaves: Questão agrária; Questão Social; Capitalismo dependente.

ABSTRACT

This work aimed to reflect on the categories of agrarian issue and social issue, highlighting the demonstrations in Maranhão, under the aegis of dependent capitalism. This discussion explains the expansion of agribusiness, in addition to the “large projects”, which cause profound transformations in the countryside, such as the intensification of land conflicts and exploitation in labor relations.

Keywords: Agrarian issue; Social issues; Dependent capitalism.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em uma análise acerca das formas de investidas do capital, sob a égide do desenvolvimento dependente, no contexto do estado do Maranhão, que tem vivenciado a inserção e consolidação dos intitulados “grandes projetos” e das estratégias do agronegócio. O

¹ Universidade Federal do Maranhão



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

referido estado, historicamente, tem seguido os fundamentos do desenvolvimento nacional, isto significa um processo que segue as regras do capital internacional.

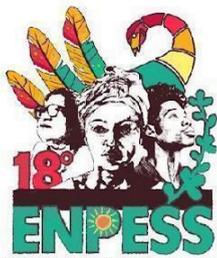
Com frequência, o Maranhão encabeça a lista dos estados com os piores indicadores sociais do país. No campo, a histórica concentração de capital em poucas mãos deixou como herança um acentuado quadro de desigualdades. Dos ciclos econômicos que legaram períodos de riqueza ao estado, ao agronegócio – a faceta mais moderna de acumulação de capital no campo – observamos o avanço de um tipo de desenvolvimento que não favorece as classes mais pobres, mas que a ameaça, expropria e mata. Constantemente, ocorre o aumento e a concentração de conflitos, violências e novas territorialidades (SODRÉ, 2015)

Para tanto, concebemos aqui a questão agrária em sua íntima relação com a questão social, a saber sob o prisma de sua configuração histórica e a partir de um conjunto que engloba as desigualdades entre as classes sociais. Enfatizamos o movimento de inserção e consolidação do capitalismo dependente no campo, que acarreta no aumento e diversificação dos modos de subordinação e precarização dos trabalhadores rurais, bem como expropriação e expulsão destes de suas terras e ainda a produção não de alimentos, mas a transformação da produção agrícola em produção de mercadorias.

Ao analisar as expressões da questão agrária na América Latina² Kay (2018) explicita que no período anterior ao cenário atual as problemáticas no meio agrário giravam em torno, principalmente, da concentração fundiária. Entretanto, na contemporaneidade, para além da concentração fundiária, há uma concentração de capital, que altera consideravelmente as relações de trabalho. A mecanização, que está dentre estas transformações na produção, implica na parca quantidade de empregos, assim como os mecanismos estratégicos do sistema imprimem flexibilização nos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, além da diluição da capacidade organizativa da referida classe, considerando as condições objetivas e subjetivas as quais está submetida e sua necessidade de subsistência.

Os empresários expoentes do agronegócio adquirem avantajadas quantidades de capital para os seus investimentos devido a seus laços estreitos com o capital financeiro e os fundos de investimento internacionais. Admitem profissionais muito bem habilitados e altamente

² Consideramos aqui os elementos que são específicos e essenciais na formação social e histórica da América Latina, bem como as configurações políticas que favorecem o cenário contemporâneo de ultraconservadorismo reacionário, mas também a efervescência da luta de classes forjada pelas necessidades históricas. A este respeito Lopes (2019, p. 10) ressalta que “O avanço da direita, no entanto, é avassalador na segunda década do século XXI, como demonstrou a última rodada de eleições para Presidente da República na Argentina, no Chile e no Brasil onde a direita foi vitoriosa. No caso do Brasil, trata-se mesmo de extrema direita com tendência fascista ou nazifascista, como se refere amplamente a imprensa independente sobre o governo Bolsonaro [...]”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

capacitados que, por sua vez, terceirizam os diferentes estágios da dinâmica produtiva a empresas especializadas em serviços agrários. Isso permite com que essas empresas corporativas apliquem as mais modernas técnicas agrícolas e consigam aumentos substantivos no rendimento da safra, na flexibilidade para se adaptar a variações nas circunstâncias de mercado e na produtividade global por meio de economias de escala (KAY, 2018).

Para tal exercício de investigação, foram realizados levantamento e revisão de literatura (monografias, livros, artigos, teses, dissertações...), como importante fase da pesquisa bibliográfica, com ênfase em fontes secundárias. Enquanto método o materialismo histórico e dialético, num incessante movimento de compreender os conceitos, abordagens e expressões na realidade como fruto de uma construção histórico-social, que por sua vez possui como “mola propulsora” a contradição, e a partir de aproximações sucessivas do movimento real considerando a não imanência do sistema hegemônico vigente.

Assim, esta elaboração encontra-se organizada além desta introdução, em uma primeira parte que busca compreender a questão agrária em sua relação com a questão social, e um segundo momento que objetiva refletir as manifestações dessa relação no cenário do Maranhão no bojo do capitalismo dependente, e à guisa de conclusão os resultados dessa aproximação exploratória sob a ótica de uma reflexão crítico-analítica.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA COMO PARTICULARIDADE DA QUESTÃO SOCIAL: abordagens histórico-conceituais

Sendo a realidade agrária um universo de inúmeros fenômenos, passíveis de análises e interpretações multifacetadas, priorizamos por distinguir os elementos propícios à reflexão do nexo entre questão agrária e as expressões da questão social. Elegemos uma construção conceitual de questão agrária que a deslinda como ramo do conhecimento que investiga o âmago das adversidades das sociedades concernentes ao uso, posse e propriedade da terra, isto é, de modo respectivo à maneira como o homem apodera-se do ambiente para estruturar a produção agrícola, quem são os sujeitos que residem e convivem em um território específico e a situação jurídica – alicerçado no capitalismo – da terra, assim como os meios que levaram sua propriedade (STÉDILE, 2012)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sob esse ângulo, a acepção da questão agrária deve ser considerada indissociável da ponderação do processo de constituição do capitalismo, trama da acumulação primitiva³. Sobre essa, Marx (2017, p. 785) elucida que se trata de “[...] uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida”. Desse modo, dentre os princípios que subvencionam a emergência do dito sistema, evidenciamos a composição dos trabalhadores livres a contar da desapropriação destes de suas terras, o que resulta em extremas transformações no âmbito agrário.

O advento do modo de produção capitalista é delimitado pela designada acumulação primitiva. Com o início dessa fase, a insólita condição de arranjo da sociedade se desvela na diferenciação de duas classes sociais, a saber: burguesia e proletariado. Nesses termos, Marx (2017, p. 786) elabora que: “A assim chamada a acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre o produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”.

Portanto, sucedeu gradualmente por mecanismo de supressão e expropriação da terra, bem como de outros meios de manutenção, a gênese dos trabalhadores que não dispõem de meios de produção. O proletariado, que emerge como nova classe social é quem oferecerá aos proprietários privados sua mercadoria, ou seja, a força de trabalho, numa vinculação de assalariamento. Para Marx (2017, p. 787):

[...] esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.

O governo da Inglaterra privilegiou os grandes proprietários de terra, dispensando-lhe a aquiescência de relegar os trabalhadores das terras de uso comum, assim esses processos foram auferindo maior ímpeto e suscitaram o êxodo para as áreas citadinas. No espaço rural inúmeras modificações⁴ ocasionadas pelas novas técnicas agrícolas originaram uma produção

³ A acumulação primitiva no cenário europeu se caracterizou como o transcurso que converteu o trabalhador servil, porém detentor de seus meios de produção, em um trabalhador destituído dos referidos meios, a não ser a sua força de trabalho. Com isso, a posse exclusiva dos meios de produção se aglutina com a classe burguesa, enquanto os trabalhadores ficam isentos de qualquer recurso de produção.

⁴ Aldeias e vilas foram depredadas e demolidas, para afugentar os sujeitos de suas terras, foram ainda obrigados a residir em outros lugares, em situações excessivamente pauperizadas e nocivas. Essa massa de trabalhadores, que forma o exército industrial de reserva, passa a buscar subsistência em qualquer lugar e sob quaisquer condições. (MARX, 2017). Por consequência, compreendemos que ao passo que o capitalismo propicia o aperfeiçoamento das técnicas e crescimento da produção, por outro lado controla a paupérie da classe trabalhadora, num acentuado fluxo inverso e estratégico.

que deixou de estar intencionada somente para o sustento, sendo orientada também para a exportação.

Na realidade brasileira, a acumulação primitiva se deu com a sustentação da mão de obra de sujeitos escravizados, proveito de metais preciosos e produção agrícola. Os trabalhadores cativos foram requisitados pelo capitalismo no ciclo que antecede a fase industrial, uma vez que o tráfico negreiro despertou um setor desmedidamente lucrativo e considerável na acumulação de capitais.

Assim, nos princípios da colônia havia elementos que favoreceram a concentração fundiária, como a outorga de terras aos nobres, quando o país foi logo fragmentado em amplas extensões, tituladas de capitanias hereditárias e cada uma delas foi cedida aos aristocratas portugueses. Com isso, os donatários (nobres lusitanos) entregavam terras aos sesmeiros, ou seja, que passavam a deter a posse das sesmarias.

Seguido às sesmarias, houve a decretação da Lei 601, datada de 1850, também chamada de Lei de Terras e surgimento dos posseiros. Lei essa que se constituiu numa medida que mercantilizou a terra, quando somente aos nobres foram outorgadas. Tanto as sesmarias quanto a Lei de Terras contribuíram de forma contundente para os dilemas enfrentados ao longo da história, com relação à utilização e concentração fundiária.

Dilemas esses que incluem a disparidade entre as classes sociais, oriunda das relações antagônicas e interesses diversos existentes na luta pelo acesso e condições de sobrevivência na terra. Por isso, entendemos que a “[...] questão agrária está na base do processo constituinte da questão social no Brasil [...]” (DELGADO, 2010, p. 32).

Acerca da expressão “questão social”, evidenciamos que desponta no século XIX, especificamente relacionada aos eventos incitados pelas implicações iniciais da industrialização no ocidente europeu, no decurso da Revolução Industrial, que potencializou o processo de aprofundamento da pobreza, assim como o advento do movimento operário e de uma intensa correlação de forças que ressaltou uma tensão na dinâmica social.

À vista disso, para além do fenômeno da pauperização, as lutas sociais do operariado, são igualmente expressões da questão social, considerando que esta “[...] constitui-se da relação capital-trabalho a partir do processo produtivo, suas contradições de interesses e suas formas de enfrentamento e lutas de classes” (MONTAÑO, 2012, p. 280)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No tocante à realidade brasileira, nos primórdios do século XX, os trabalhadores revoltados com as circunstâncias de trabalho traçaram formas de relutância. Essas lutas para além da exposta indignação, englobavam as reivindicações dos grupos não absorvidos no mercado, assim como a resistência aos estereótipos predispostos pela elite.

Logo, podemos perceber que há uma perspectiva do debate acerca da “questão social” que a delinea como concebida da relação antagônica entre o capital e o trabalho, seus modos de resistência, suas oposições de propensões e lutas de classes. A partir disso, ponderamos que a “questão social” compreende o movimento da sociedade constituída por classes sociais, em uma correlação de forças, que se transmuta na dinâmica do contexto econômico, político e social. É devido a esse movimento social que se entende que a questão em tela, vai assumindo diversas conformações de acordo com as particularidades dos modos de produção e da organização social.

Por entender a questão social nessa perspectiva, partilhamos da percepção de que a questão agrária, como particularidade da questão social, também engloba as desigualdades existentes entre as camadas sociais. No caso brasileiro, tais desigualdades acontecem desde a colonização do país, como destaca Delgado (2010, p. 33): “[...] a questão agrária é uma categoria histórica, na sociedade brasileira, que tem se manifestado como resultante das relações sociais entre portugueses e indígenas, senhores de engenho e escravos, latifundiários e trabalhadores rurais, etc.”

Ao relacionar a questão agrária com os mecanismos de resistência da classe trabalhadora, Fernandes (2001, p. 23) a define como: “[...] o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção”.

Destarte, diante esses aspectos históricos e definições conceituais da questão agrária, e sua relação com a questão social, torna-se basilar refletir quais sejam os elementos prevaletentes da dinâmica agrária na realidade maranhense, bem como as particularidades da formação sócio-histórica do referido estado que influem na configuração hodierna das relações sociais no campo.

3 EXPRESSÕES DA QUESTÃO AGRÁRIA NO ÂMBITO DO AVANÇO DO CAPITAL NO CAMPO MARANHENSE



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em toda sua história o estado do Maranhão engendrou mecanismos para expropriações de famílias de suas terras, considerando que: “[...] a expropriação camponesa se dá através de mecanismos nefastos como a grilagem, que marcou profundamente a história estadual [...]” (AZAR, 2013, p. 26). Vale destacar que grileiros são os sujeitos que falsificam documentos a fim de tomar posse de terras, sendo que estas podem ser de terceiros ou devolutas. Por tais ações, pode-se dizer que o grileiro é um sujeito que se constitui como central no acirramento da questão agrária, devido as suas articulações que culminam na expropriação de incontáveis famílias de suas terras.

As relações históricas e políticas na trama maranhense impulsionaram a estruturação, ainda, de um arcabouço jurídico-normativo que exaspera a desigualdade no acesso à terra, o caso da Lei nº 2979, datada de julho de 1969, também conhecida por “Lei Sarney de Terras”, que favoreceu ainda mais a concentração fundiária, ao passo que se constituía de medidas que potencializaram a inserção e disseminação das empresas agropecuárias na realidade local. Com tal característica, podemos registrar com a constituição dessa lei, o papel do Estado em propiciar os direitos dos latifundiários.

O Estado articulou ações que fortaleciam a estrutura concentradora de terras, e por outro lado pretendia evitar conflitos com projetos de colonização, considerando que no contexto da década de 1970 foram criados numerosos projetos agropecuários, que com o discurso de modernização do setor, receberam investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Nesses termos, Arcangeli (1987, p.73) ao analisar as relações que envolvem a terra no Maranhão nesse contexto evidencia que “na década de 60 e mais ainda na de 70, agrava-se o fenômeno da grilagem de terras na fronteira, que abre o caminho à expansão capitalista nas novas áreas”.

Em 1971, foi criada a Companhia Maranhense de Colonização – COMARCO, que enriqueceu seu cabedal a partir de incorporação de terras maranhenses devolutas. Esses grandes projetos acabaram por beneficiar poucas pessoas e não foram os trabalhadores rurais. O então discurso da “modernização” veio beneficiar os latifundiários e as empresas agropecuárias.

A partir de 1980 seguiram-se os incentivos ao desenvolvimento industrial, o que continuava a fomentar os latifúndios. Nos anos que se seguiram, 1980 e 1990, agravou-se o alastramento dos grandes projetos no âmbito rural e a intensificação da entrada do capital estrangeiro no estado. Dentre os grandes projetos, temos o Programa Grande Carajás – PGC



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

considerado “marco efetivo do ingresso do Maranhão na rota do capital transnacional” (ALMEIDA, 2012, p. 61).

Com essa premissa de aproveitamento econômico da região amazônica, o PGC trouxe a expectativa da ampliação da economia e do desenvolvimento. Considerando que para o desdobramento do projeto tornou-se necessário alguns mecanismos de infraestrutura. Esses investimentos dispõem de todo um aparato jurídico e político para sua efetivação, pois concretizam o que o governo estadual tem privilegiado que é a expansão econômica. Portanto, pode-se afirmar que: “o governo estadual tem priorizado a implantação de grandes empreendimentos, agrários e industriais, sem considerar a realidade e os impactos sociais e ambientais” (ALMEIDA, 2012, p. 62)

Nesse cenário, os interesses do Estado e grupos empresariais se concretizam também na construção da Estrada de Ferro Carajás⁵, que atingiu as populações rurais de toda a Amazônia Oriental, em particular aquelas que estão envolvidas em conflitos de terra, fato gerador de confrontos entre indígenas, trabalhadores sem terra e agentes do capitalismo no campo (SAMPAIO et al, 2002).

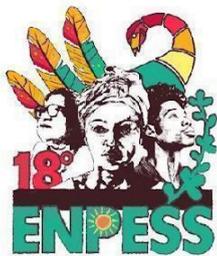
Considerando, ainda, a inserção do capitalismo no campo maranhense e a ampliação de suas práticas, a produção agrícola sofre transformações profundas compondo a dinâmica da economia monopolista. Nesse sentido, este tipo de produção que deixa de produzir alimentos para produzir mercadorias, passa a ser controlado por grupos e empresas transnacionais.

O avanço do capital alcançou a agricultura e revelou uma cominação entre indústria e agricultura, entre extensas frações de terra e empresas transnacionais, entre proprietários de terras e capitalistas internacionais. Nesse decurso, o capital se territorializou e estimulou a expropriação e a expulsão das famílias do campo para as cidades, implantando os grandes complexos agroindustriais no campo, via monocultura, para exportação, compreendendo a dilatação e a reprodução do capital (BARROS, 2018).

O conjunto das transformações introduzidas na agricultura, via avanços tecnológicos e revolução verde⁶, será denominado de agronegócio. Este por sua vez apoia-se no padrão

⁵ Os impactos da Estrada de Ferro Carajás se ampliam, uma vez que o processo de duplicação foi iniciado pela Companhia Vale do Rio Doce, ou Vale como passou a ser denominada desde 2007 (CORREA, 2015, p. 12), expansão que aprofunda os conflitos existentes, tais como, de acordo com Almeida (2012, p. 63): “[...] conflitos como o agravamento da concentração fundiária, invasão de áreas de reservas e de terras étnicas, por onde passa o corredor, além da agudização do problema da exploração sexual de crianças e adolescentes nas áreas de canteiro de obras”.

⁶ A referida revolução ocorreu em um contexto de significativas transformações no campo social, político e econômico, sendo o cenário do pós-segunda guerra mundial. Nesse momento, a indústria passou não somente a produzir, mas também a fomentar o uso de agrotóxicos, além da incorporação de máquinas para os processos da produção agrícola.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

agroexportador de produtos, em ampla proporção e com a utilização intensa de agrotóxicos e transgênicos, não propiciando outro modo de produção agrícola. São complexos agroindustriais com vastos investimentos em tecnologia e mecanização; modelos de gestão e domínio da força de trabalho assalariada; e ainda, um mecanismo midiático que propaga as convicções fundamentais para persuadir que esse é o único molde possível de produção de alimentos.

Analisando a participação do capital internacional no Maranhão, Delgado (2010, p. 43) afirma que:

Na produção de soja, temos como exemplos a atuação das transnacionais **Bunge**, **Cargill**, **ADM – Archer Daniels Midland**, que juntas controlam 60% dessa produção no Brasil e mais de ¾ da indústria de processamentos na Europa, que fornece óleo e farelo de soja para o mercado internacional (grifo nosso)

Sob a égide desse sistema, a produção comercial ou empresarial intensifica a produção de *commodities*. Em termos nacionais, assumem destaque nesse tipo de produção, produtos como a cana-de-açúcar, milho, soja, laranja, café, alumínio, minério de ferro e o petróleo, dentre tantos outros.

Na realidade específica do Maranhão, os monocultivos da soja e do eucalipto estão entre os grandes interesses do agronegócio. Miranda (2010, p. 82) falando acerca da ampliação da produção do agronegócio, no âmbito do estado do Maranhão, destaca que:

No Sul do estado, a expansão da soja; no Oeste maranhense, as empresas de ferro-gusa e monocultura do eucalipto; no Baixo Paranaíba, as empresas de papel e celulose e, atualmente, também a soja, que têm como consequência mais imediata o controle sobre a mão de obra desqualificada do pequeno trabalhador rural.

A soja enquanto um condutor do agronegócio na realidade maranhense inclui-se na lista dos principais produtos exportados pelo estado, perdendo apenas para a mineração e o ferro-gusa. A intensificação da produção de soja no Maranhão está relacionada, ainda, com investimentos em pesquisas, inovação e infraestrutura, voltados para o desenvolvimento do agronegócio, que na atualidade tem se materializado, principalmente, a partir do plano de desenvolvimento do MATOPIBA⁷.

Por conseguinte, a revolução verde foi resultante de inúmeras articulações que pretendiam a ampliação do capital no pós-guerra, sendo o cenário em que se configuraram as modificações nas práticas agrícolas

⁷ A região do Matopiba é composta por 336 municípios de quatro estados fronteiriços, sendo 143 do Maranhão, 130 do Tocantins, 33 do Piauí e trinta da Bahia. A expressão Matopiba, criada a partir das iniciais dos respectivos estados componentes, serve para designar parte do território desses estados pertencentes ao bioma Cerrado e onde se desenvolve agricultura de alta produtividade com uso intensivo de insumos modernos. Essa região vem passando por transformações tanto em aspectos econômicos quanto sociais, consequência da expansão da agricultura, como produção de grãos, com destaque para soja, milho e algodão (PEREIRA, et al, 2018, p. 47).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O cultivo da soja nessas regiões ameaça o cerrado, tanto no que se refere a questões ambientais, considerando problemáticas, como o desmatamento, como sociais, ponderando as inúmeras comunidades tradicionais que são impactadas pela transformação do bioma. Além da soja, outra produção importante no cenário estadual é o eucalipto, tendo como fim a produção de carvão vegetal e celulose.

Segundo dados do IBGE (2019), a produção de eucalipto no estado do Maranhão vem crescendo significativamente, em municípios como Açailândia chega a 40.923 ha, sendo, portanto a maior do estado. A segunda maior área é o município de Barra do Corda, com 24.695 ha, na terceira colocação temos Itinga do Maranhão com 20.786 ha. Dentre os municípios com áreas extensas do referido monocultivo se destaca, ainda, Imperatriz, com 7.438 ha. A região do leste maranhense vem também se distinguindo na produção de eucalipto, aonde em municípios como Anaparus chega a 3.567 ha.

À vista disso, a motivação para o ressaltado índice de êxodo rural no Maranhão, é observada devido a coações das empresas com o projeto floresta de eucalipto, que impõe aos trabalhadores rurais transacionar suas terras e residir nas cidades um desterrado em seu lugar de origem, ou seja, um sem terra. O capital no Maranhão inclui ainda, bambu, petróleo, gás, carcinicultura, calcário, pecuária bovina, dentre outros e por conta de tais produções, vivencia graves e intensos conflitos de terra, tornando-se cenário de um fenômeno que ocorre a nível global.

Dentre esses custos, está ainda, o desmatamento de extensas áreas para a realização de monocultivos, retirada do carvão vegetal e a produção madeireira, com fundamental intenção de atender a indústria, a dilatação populacional nas cidades, destruição dos recursos hídricos, violência urbana e impactos nocivos nas relações de trabalho, inclusive aumento do trabalho escravo.

Portanto, tais regiões vivenciam novas dinâmicas territoriais, materializando um crescimento econômico que está voltado para interesses privados e internacionais, contribuindo, assim, para o aumento dos conflitos fundiários. Sendo que tais aspectos evidenciam o panorama de uma lógica semelhante à nacional, com um modelo econômico dependente.

Referente a tal aspecto Florestan Fernandes, em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973, p. 42) explicita que:

Trata-se de "uma realidade sócio-econômica que não se transformou ou que só se transformou superficialmente, já que a degradação material e moral do trabalho persiste e com ela o despotismo nas relações humanas, o privilégio das classes possuidoras, a super

concentração da renda, do prestígio social e do poder, a modernização controlada de fora, **o crescimento econômico dependente** (grifo nosso)

Logo, as expressões da questão agrária no Maranhão, se materializam na demasiada concentração de terras e a adesão ao agronegócio. Além dos conflitos violentos que marcam a história estadual, seja com a grilagem nas décadas de 1960 à atualidade com os investimentos do capital estrangeiro e o discurso ideológico do “desenvolvimento”, um desenvolvimento que alimenta a desigualdade, enriquecendo uma minoria e trazendo miséria para a maioria.

A ideia de “desenvolvimento” que é propagada pelos veículos de comunicação burgueses e disseminada como verdade absoluta e irrefutável confronta as forças naturais, causando danos perversos ao meio ambiente e a vida humana, ao atingir negros, indígenas, quilombolas, a classe trabalhadora como um todo.

A ideologia dominante baseia-se em uma busca colossal pelo lucro, utilizando-se de elementos como a ilusão de ofertas de empregos para os jovens, de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável, de desenvolvimento com inclusão, que nada ultrapassam “armas” da elite para consolidar seus projetos excludentes e devastadores. São projetos que além de beneficiar uma mão de obra externa a do estado, exporta as riquezas locais para o mundo afora, para regiões em que há pessoas que nem mesmo conhecem a origem das matérias primas dos produtos consumidos.

CONCLUSÃO

No âmbito do campo, o avanço do capital tem oportunizado o progresso da exploração, representado por iniciativas econômicas respaldadas pelo Estado, como os designados grandes projetos e o agronegócio, que introduz modificações nas relações trabalhistas e na questão agrária, como recentes disposições que reivindicam aos trabalhadores rurais e movimentos sociais novas táticas e artifícios para sua reprodução social.

O agronegócio vem suscitando modificações estruturais no modo de apropriação privada da terra, com profundas repercussões, tanto nas formas de produção, quanto na dinâmica da luta de classes no campo, afinal não serão mais somente os grandes fazendeiros expoentes da burguesia agrária, mas um imbróglio composto por uma articulação entre estes, os grandes grupos empresariais, grupos políticos e a mídia.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O estado do Maranhão, aqui destacado nesta configuração histórico-conceitual exposta com relação a questão agrária, expressa as contradições inerentes ao avanço do capital internacional, enquanto um dos estados com maiores índices de desigualdade social, que historicamente exportou matéria-prima e que se tornou espaço de intensos conflitos fundiários, devido principalmente ao avanço dos grandes projetos, e suas implicações para os povos tradicionais e famílias camponesas.

Por fim, destacamos o caráter inacabado desta pesquisa, e das inquietações sobre os elementos levantados neste trabalho, a fim de possibilitar problematizações para debates futuros acerca da complexidade vigente entre as categorias analisadas.

REFERÊNCIAS

SODRÉ, R. **As (Re) Formas da questão agrária Maranhense**: multiplicidades e singularidades nos Assentamentos: Cigana e Cristina Alves – Itapecuru Mirim. São Luís – MA, 2015.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. O processo de produção do capital: tradução: Rubem Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfretamento. In: **Serviço Social e Sociedade**. nº 110. São Paulo. Apr/Jun, 2012.

KAY, C. A Questão Agrária e a Transformação Rural Neoliberal na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, 12(3), pp. 16-28, 2018.

DELGADO, Laurinete Rodrigues da Silva. **A relação Serviço Social e Questão Agrária na contemporaneidade**: inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão. 233f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2010.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

PEREIRA, Caroline Nascimento. **Aspectos socioeconômicos da região do Matopiba**. Boletim regional, urbano e ambiental. Jan-junh, 2018

MIRANDA, A. A. B. de. **De arrendatários a proprietários**: formas de sociabilidade nos assentamentos Rurais. São Luís: EDUFMA, 2010.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BARROS, I. **O agronegócio e a atuação da burguesia agrária:** considerações da luta de classes no campo. Serv. Soc. São Paulo, n. 131, pp. 175-195, jan./abr. 2018.

ALMEIDA, Desni Lopes. **Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia Maranhense - conflitos e contratos:** o caso Piquiá de Baixo Açailândia – MA. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2012.

SAMPAIO, João Alves; JULIANELLI, Kesley Medeiros; PENNA, Márcio Tôres Moreira. **Ferro – Mina N5 – Carajás/CVRD.** Comunicação Técnica elaborada para o livro Usina de Beneficiamento de Minérios do Brasil. Rio de Janeiro, 2002.

AZAR, Z. S. **Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente no Maranhão:** o assentamento Califórnia como uma expressão. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, São Luís, 2013.

ARCANGELI, Alberto. **O Mito da Terra:** uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA. 1987.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

LOPES, Josefa Batista. **A América Latina e a marcha da história na luta de classe:** lutas emancipatórias, reação conservadora e o intervencionismo USA na Venezuela. Trabalho Submetido à IX JOINPP, promovida pelo PPGP/UFMA com realização prevista para o período de 20 a 23 de agosto de 2019.